

**AS IGS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TEORIA DOS STAKEHOLDERS**

**RENATA AP. FORATO**

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ - ESALQ

**EDUARDO EUGENIO SPERS**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP)

**DANIELLE MENDES THAME DENNY**

**FRANCISCO JOSÉ MITIDIERI**

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ - ESALQ

**RUBMARA KETZER OLIVEIRA**

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## **AS IGS COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA TEORIA DOS *STAKEHOLDERS***

### **RESUMO:**

O reconhecimento do registro de uma Indicação Geográfica (IG), constitui uma estratégia de valorização de produtos e serviços vinculados a territórios específicos com potencial de promover o desenvolvimento econômico, social e ambiental. Porém a implantação desta ferramenta no contexto de países em desenvolvimento apresenta muitos desafios no que se refere ao engajamento dos atores locais. Assim este estudo busca analisar a IG sob a perspectiva da Teoria dos *Stakeholders* (TS) e seu potencial para promover o desenvolvimento rural tendo como objetivo verificar como a atuação dos *stakeholders* pode fortalecer ou não uma IG, por meio de seu engajamento e o papel de cada parte em diferentes momentos do processo. Desta forma esta pesquisa exploratória, qualitativa, utilizou-se de uma revisão de literatura com os termos “IG” e “TS” e da coleta de dados junto a integrantes de instituições que atuam no processo de registro das IGS, e entrevistas com agentes locais durante visita técnica à Serra da Canastra o que demonstrou desafios no engajamento, revelando a pertinência e a importância da aplicação da TS no contexto das IGS.

**Palavras-chave:** Identificação Geográfica, Teoria dos *Stakeholders*, Engajamento, Ferramenta Estratégica, Desenvolvimento Rural

### **ABSTRACT:**

The recognition of the registration of a Geographical Indication (GI) constitutes a strategy for valuing products and services linked to specific territories with the potential to promote economic, social and environmental development. However, the implementation of this tool in the context of developing countries presents many challenges regarding the engagement of local stakeholders. Thus, this study seeks to analyze the GI from the perspective of Stakeholder Theory (ST) and its potential to promote rural development, with the aim of verifying how the actions of stakeholders can strengthen or not a GI, through their engagement and the role of each party at different moments in the process. Thus, this exploratory, qualitative research used a literature review with the terms “GI” and “ST” and data collection from members of institutions that work in the GI registration process, and interviews with local agents during a technical visit to Serra da Canastra, which demonstrated challenges in engagement, revealing the relevance and importance of the application of the ST in the context of GIs.

**Keywords:** Geographical Identification, Stakeholder Theory, Engagement, Strategic Tool, Rural Development

## 1 INTRODUÇÃO

As Identificações Geográficas (IG) são instrumentos utilizados para identificação de produtos e serviços cujas qualidades, reputação ou atributos específicos estão intrinsecamente relacionados ao seu ambiente geográfico e cultural. São ferramentas recentes em países em desenvolvimento, como o Brasil e podem ser consideradas estratégias para o fortalecimento territorial, cultural e econômico.

Este reconhecimento, que é mais comum em países europeus, tem como finalidade proteger produtos singulares e seus respectivos produtores contra falsificação e garantir a preservação de suas características, cultura e identidade local frente a produção em massa, promovendo a valorização a partir da identificação de seus diferenciais (DURÁN; RADOMSKY, 2020).

Assim sendo, à semelhança do que ocorre em países europeus, onde produtos peculiares de uma região tornaram seus símbolos, pode-se considerar que esta seja uma importante ferramenta estratégica de desenvolvimento rural considerando que grande parte destes produtos são de origens agroalimentares, como o vinho, azeite e queijo.

As IGs podem ser consideradas como um fator influenciador na oferta e demanda de produtos agrícolas e, com papel vital no desenvolvimento rural, sendo de grande importância em relação às políticas de aumento de valor agregado e sustentabilidade das cadeias de suprimentos agrícolas (Yin et al., 2024).

A identificação das peculiaridades locais pode fomentar a atividade econômica, com impactos na sociedade, com aumento da oferta de empregos e renda e consequente melhora nos níveis de educação, saúde e qualidade de vida, o que evita o êxodo dos moradores, aglomeração e ocupação desordenada em grandes centros.

Desta forma é perceptível a importância da constituição de uma IG. No entanto, para que uma região seja reconhecida e consiga atingir sua maturidade e evoluir, é fundamental o estabelecimento de uma estrutura sólida que só é possível com a participação de diversos atores, os “*stakeholders*”. Tal perspectiva remete à Teoria dos *Stakeholders* (TS) e seus desdobramentos principalmente em relação ao engajamento desses atores e a atuação na operacionalização do sistema, conforme discutido por Simplício e Boaventura (2024).

Segundo Fournier et al., (2022), o contrário também é verdadeiro, quando não há engajamento das partes interessadas, o desempenho das IGs pode ser seriamente comprometido. Diversos fatores podem estar envolvidos como a falta de identificação com os recursos territoriais, a percepção de valor, ou ainda a apropriação da IG por um grupo restrito, ou a falta da “cultura” do associativismo, que é outro elemento que também pode dificultar o engajamento, comprometendo sua expansão e legitimidade (MITIDIERI, 2025).

Neste sentido, sendo este fato a origem da questão que norteia este trabalho, pergunta-se: A análise de uma IG sob a perspectiva da Teoria dos *Stakeholders* (TS) pode ser determinante no respectivo reconhecimento e fortalecimento ao ponto de alavancar o desenvolvimento rural?

Portanto o objetivo deste trabalho é verificar como a atuação dos *stakeholders* pode fortalecer uma IG, tendo como objetivos específicos:

- a. Verificar a relação entre IGs e a Teoria dos *Stakeholders*;
- b. Identificar como o engajamento dos *stakeholders* pode corroborar com a criação e fortalecimento de uma IG;
- c. Analisar o papel dos *stakeholders* no processo de formação e continuidade de uma IG.

Assim, diante dos objetivos propostos, foi feita uma revisão bibliográfica, complementado por informações coletadas em uma visita a IG Canastra e em eventos sobre a temática “IG”. A análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), método amplamente utilizado em pesquisas qualitativas para sistematizar, interpretar e inferir significados a partir de materiais empíricos.

O processo foi estruturado em três fases: (i) pré-análise, na qual foram realizadas nos documentos e transcrições das entrevistas; (ii) exploração do material e classificação em categorias temáticas; e (iii) tratamento dos resultados e interpretação, que se estabeleceu relações entre os dados empíricos e o teórico, identificando padrões, tensões e lacunas. As categorias analíticas iniciais incluíram, tipo de *stakeholder*, nível de engajamento, barreiras percebidas à participação, percepção de valor e papel das instituições públicas.

O que justifica este estudo é a importância do reconhecimento da diversidade do território brasileiro que com suas dimensões continentais apresenta especificidades locais que tem potencial enorme de proporcionar desenvolvimento econômico, social, resultantes das condições geográficas, climáticas e culturais que são peculiares. Portanto há a necessidade de entender a dinâmica existente, no contexto específico brasileiro para adequar esta ferramenta de proteção, e no que se refere a teoria, propõe-se verificar a aplicabilidade em ambientes diversos, como no contexto das IGs, sendo útil para estabelecer governança e desenvolver cadeias produtivas, regiões e territórios que podem estar estagnados.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Segundo Mahajan et.al (2023), a TS desde sua concepção tem sido estudada, ampliando seu espectro e aplicada a diferentes contextos, proporcionando maior entendimento e aplicabilidade. Neste sentido os autores questionam onde a pesquisa sobre a TS pode-se aventurar ainda, assim sob esta perspectiva é que se apresenta o contexto das IGs, tendo nesta teoria a base para enfrentar desafios e dirimir conflitos de interesses diante da complexidade de promover o bem comum com múltiplos *stakeholders*.

Esta teoria pode facilitar os processos de identificação e registro de IGs por meio de uma visão que contemple os interesses de todos dentro de um território, a partir de uma necessidade identificada e a sensibilização de seus pertencentes para empreenderem esforço comum, o que é extremamente desafiador. Mas a aplicação da TS nestes ambientes pode possibilitar desenvolver aspectos até então pouco considerados neste processo no Brasil, com a promoção da cultura associativista, cooperativista, essenciais para o êxito desta dinâmica, podendo alavancar o desenvolvimento territorial rural a partir desta ferramenta.

Isto porque, uma IG não é formada por uma ação isolada, todo o processo desde a identificação de um produto seu reconhecimento e registro no INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) é complexo conforme demonstrado no quadro 1:

**Quadro 1: Fases do processo de Registro IG**

-Identificação do produto e/ou serviço
-Identificação da peculiaridade local (fator humano e ambiental);
-Delimitação territorial
-Criação da associação; representativa dos produtores (que será o substituto processual (SP))
-O resgate histórico
-Conselho regulador
-Elaboração do caderno de especificações técnicas (CET)

Fonte: Elaborado pelos autores

Segundo Fournier et. al. (2022), o sucesso depende da percepção de que os recursos territoriais são comuns, e o valor gerado a partir dele deve ser usufruído por todos e não parcialmente, e é neste ponto que se busca luz a partir da Teoria dos *Stakeholders*, que segundo Freeman (1984) trata-se do atendimento das necessidades de todas as partes envolvidas com uma organização. As IGs não são empreendimentos de uma única firma, mas bens coletivos, cuja viabilidade depende do compartilhamento de valores e objetivos. Portanto, uma IG, pode ser visto como uma organização e seus *stakeholders* como partes desta, que sob o ponto de vista teórico refere-se à aplicabilidade da teoria em um ambiente específico que difere da sua concepção, (MALAGUTTI, AVRICHIR,2023).

Assim uma IG considerada uma estratégia de proteção, e recente em mercados emergentes, tem como objetivo buscar o reconhecimento e valorizar produtos, cuja qualidade, reputação ou características estão intrinsecamente relacionadas com a sua origem geográfica (Artêncio, Giraldi & Galina, 2019).

Esta estratégia impede que a vocação local possa ser absorvida por grandes empresas, transformando produtos que poderiam ter um alto valor agregado em *commodities*. Assim dada a importância estratégica deste reconhecimento, à semelhança do que já ocorre na Europa, este mecanismo de proteção que pode ser estratégico tem crescido no Brasil nas últimas décadas.

Conforme dados do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), a criação de uma IG é um mecanismo de proteção que tem crescido no Brasil nas suas duas modalidades D.O. (denominação de origem) e I.P. (indicação de procedência), totalizando 134 regiões demarcadas, e estão se tornando um fenômeno global com mais de 8.000 IGs reconhecidas no mundo, destas 2.000 na China, 1.000 nas Américas, e mais de 3.300 na União Europeia (MALAGUTTI; AVRICHIR, 2023; CÓRDOVA, 2025).

Mas apesar de todo o impacto positivo que se pode ter na adoção desta estratégia que é uma realidade na Europa, no Brasil assim como nos países emergentes há grandes desafios para estabelecimento desta estrutura, onde as demandas específicas e peculiaridades destas regiões devem ser observadas para adaptação da ferramenta.

Diversos fatores podem corroborar neste sentido como a ignorância a respeito do tema, a cultura, a falta de senso comum, de estrutura técnica financeira, institucional e legal, baixa representatividade dos integrantes, incongruência nas regras para registro dos órgãos competentes (delimitação territorial, especificações técnicas, nomenclatura) falta de apoio do poder público e governança (PICK, MARIE-VIVIEN, 2021; NIEDERLE et al., 2017; NEILSON et al. 2018).

Isto porque, diante do que se verificou em alguns estudos, muitas IGs são reconhecidas, mas não prosperam, não evoluem, não cumprem o seu propósito, ficando na dormência ou mesmo extinção, muito em função da falta de engajamento de seus *stakeholders*, sendo diversos os motivos que contribuem para isso, considerando que este é um processo que funciona a partir da integração de várias partes interessadas (MALAGUTTI, AVRICHIR, 2024).

Desta forma destaca-se o papel fundamental da governança para alinhar os objetivos individuais e coletivos, a partir da sensibilização dos *stakeholders* que é proveniente do conhecimento e entendimento do conceito de uma IG, tarefa esta que no Brasil é realizada pelos Substitutos Processuais (SP), que conforme a legislação é a pessoa jurídica que representa o coletivo, conforme Portaria nº4 do INPI (INPI,2022).

Isto ocorre porque no Brasil a cultura do associativismo é pouco desenvolvida em algumas regiões, e não há o reconhecimento do valor de produtos específicos de um território e o consequente ganho para os pertencentes ao ter seus produtos com notoriedade, além das dificuldades no que se refere a falta de recursos para se estruturar (ARTENCIO, et. al., 2019).

Os que se propõe a participar são na maioria incentivados por iniciativa de instituições públicas como MAPA, SEBRAE, Instituto Federal (IF) entre outras, ou seja é um movimento “*top down*” e não “*bottow up*”, sendo uma característica do contexto brasileiro, o que revela a peculiaridade e uma dinâmica que difere muito do europeu e embora esta seja uma ferramenta estratégia importante, necessita ser adaptada, para torná-la funcional (MITIDIERI, 2024; MARTINS, 2025; MIRANDA, 2025; PICK E MARIE-VIVIEN,2021).

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa exploratória, descritiva, que conforme Selltiz (1967), têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses, tem natureza qualitativa e é feita em bases primárias e secundárias, com

informações coletadas em eventos relativos ao tema e em uma visita à IG CANASTRA, ocorrida em fevereiro de 2025, e secundárias por meio de uma revisão da literatura.

Para Yin (2016) a pesquisa qualitativa possibilita ao pesquisador a interpretação dos eventos humanos a partir da sua singularidade e multiplicidade, tendo por base as diferentes opções metodológicas. Vieira e Zouain (2005) ressaltam que a pesquisa qualitativa preza pela descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos que o envolvem.

Já Denzin e Lincoln (2006) acrescentam que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo. Assim sendo, este estudo busca o entendimento da dinâmica das IGs em países em desenvolvimento como o Brasil, considerando que esta pode ser uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento rural de diversos territórios.

Desta forma, com base na análise de conteúdo de Bardin (2011), esta pesquisa compreende a pré-análise, coleta dos dados pertinentes aos objetivos; exploração do material, categorização ou codificação, provenientes da revisão sistemática de literatura e da participação nos eventos, visita à Canastra, tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Assim, foi feita uma revisão de literatura buscando encontrar estudos que relacionasse IG com a Teoria dos *Stakeholders*, pois como resalta Malagutti, Avrichir (2023), a TS tem potencial de explicar as dificuldades de evolução das IGs. Este levantamento foi feito na plataforma Google Acadêmico, com os termos Identificação Geográfica (IG) e TS (Teoria dos *Stakeholders*), nos últimos cinco anos (2020 a 2025), nos artigos de revisão e foram encontrados 21 artigos. A análise destes artigos buscando a relação entre os termos foi feita pelo título e pelo resumo e nenhum artigo com este critério foi identificado, apenas um artigo com o tema IG.

Já com os mesmos critérios de pesquisa, ou seja, os mesmos termos, mesmo período, em qualquer tipo de documento, foram encontrados 1850 artigos e escolhida uma amostra de 150 artigos para análise do título e resumo que relacionasse os termos pesquisados. Com estes critérios foram identificados 2 artigos, com autores em comum.

Ressalta-se que 1 artigo foi encontrado sobre engajamento dos *stakeholders*, mas no processo de *Place Branding*. Esta pesquisa identificou ainda artigos somente sobre IGs, marcas coletivas, TS, mas somente 2 resultados fazendo relação entre “IG” e “TS”.

No portal da CAPES, com os mesmos critérios, ou seja, termos e período, mas somente com os revisados por pares, somente um resultado foi encontrado e coincide com um dos artigos encontrados no google acadêmico. Quando alterado os termos, sendo “IG” e “Engajamento *Stakeholders*”, no mesmo período e revisado por pares, apenas 1 resultado encontrado, sendo o mesmo artigo da pesquisa anterior, conforme apresentado nos quadros 2 e 3:

**Quadro 2: Revisão literatura Google Acadêmico – Período 2020 -2025**

TERMOS	CRITÉRIO	RESULTADOS	SELECIONADOS/Título- Resumo	ARTIGO
IG e TS	Artigos Revisão	21	1.“Engajamento... Análise sob a ótica da teoria engajamento dos stakeholders dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs.” 2.“ENGAJAMENTO DE <i>STAKEHOLDERS</i> : Indicações geográficas dormentes à luz da teoria.”	Malagutti; Avrichir (2023) Malagutti; Avrichir (2024)
IG e TS	Todos os tipos	1850 (amostra 150)	1.“Engajamento... Análise sob a ótica da teoria engajamento dos stakeholders dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs.” 2.“ENGAJAMENTO DE <i>STAKEHOLDERS</i> : Indicações geográficas dormentes à luz da teoria.”	Malagutti; Avrichir (2023) Malagutti; Avrichir (2024)

Fonte: Elaborado pelos autores

**Quadro 3: Revisão de Literatura Portal da CAPES – Período 2020-2025**

TERMOS	CRITÉRIO	RESULTADOS	SELECIONADOS/Título- Resumo	ARTIGO
IG e TS	Artigos revisados por pares	1	“Engajamento.... Análise sob a ótica da teoria engajamento dos <i>stakeholders</i> dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs.”	Malagutti; Avrichir (2024)
IG Engajamento dos Stakeholders	Artigos revisados por pares	1	“Engajamento.... Análise sob a ótica da teoria engajamento dos <i>stakeholders</i> dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs.”	Malagutti; Avrichir (2024)

Fonte: Elaborado pelos autores

Para complementar a pesquisa, foi feita uma busca no portal SCOOPUS, com os mesmos critérios, termos e período, o que corroborou com a busca no Google Acadêmico e Portal das CAPES, tendo encontrado e 3 artigos, 1 excluído e o selecionado coincide com a pesquisa já feita, tendo aparecido 2 vezes, conforme demonstra quadro 4:

**Quadro 4: Revisão de Literatura Portal SCOOPUS – Período 2020-2025**

TERMOS	CRITÉRIO	RESULTADOS	SELECIONADOS/ Título-Resumo	Artigo
“Stakeholder Theory” or “Geographical Indications”	All fields	3	“Engajamento.... Análise sob a ótica da teoria engajamento dos <i>stakeholders</i> dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs.”	Malagutti; Avrichir (2024)

Fonte: Elaborado pelos autores

Os artigos selecionados e analisados, revelam que os estudos a respeito dos temas em questão são escassos e necessitam de maior atenção da academia para formação de uma teoria a respeito e sua aplicabilidade na solução dos desafios de uma IG.

Para corroborar, convergir e/ou contrapor com os achados da literatura, foram coletadas informações a respeito do assunto pesquisado, em eventos sobre o tema, com representantes de instituições que atuam ou atuaram em processos de registro de IGs, no estado de São Paulo, como o MAPA, CATI e IFSP, que colaboraram com os objetivos deste trabalho.

O primeiro evento escolhido para coleta de dados foi a 3ª Assembleia do Fórum de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas de São Paulo, no Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP), nos dias 03 e 04/12/2024, onde estavam presentes integrantes de IGs e das instituições MAPA, CATI, EMBRAPA, INPI, SEBRAE, além de convidados *Ad Hoc*, professores e pesquisadores.

Foi realizado também o Wokshop, “Indicação Geográfica – Pesquisa e Gestão Pública – ESALQ/SAA/CATI, promovido(a) pela Coordenadoria De Assistência Técnica Integral, (CATI), em Campinas-SP, no dia 26/03/2025, e contou com a participação de professores e pesquisadores do IFSP, da ESALQ/USP e integrantes CATI, MAPA.

Também foi feita uma reunião no departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ/USP com a equipe do projeto PPPP “Fomento das indicações geográficas para desenvolvimento sustentável no campo: Indicações geográficas, relação custo benefício para agroalimentos e difusão da prática como forma de agregar valor aos sistemas agrícolas brasileiros”, no dia 16/04/2025, com a participação de professores e pesquisadores da ESALQ/USP, IFSP, MAPA, CATI.

As informações coletadas nestes eventos são especificamente da apresentação do professor Márcio André Miranda do IFSP, que atuou junto à organização do processo da IG do circuito das Águas Paulistas de café e cachaça e em outras 10 regiões do estado, num acordo de

cooperação com IFSP, e também da professora Paula Fabiane Martins do IFSP que de igual modo atuou em processos de reconhecimento de IGs no estado de São Paulo, e do integrante do MAPA e da equipe do projeto PPPP da ESALQ/USP, Francisco José Mitidieri.

Quanto à pesquisa de campo, foi feita uma visita à IG Canastra, em fevereiro de 2025, território assim reconhecido, publicado na Revista da Propriedade Industrial (RPI) nº 2.750. Esclarece-se que esta visita a campo foi especificamente no município de São Roque de Minas, onde fica a sede da APROCAN (Associação dos Produtores de Queijo da Canastra) e também da ACANASTRA (Associação dos Cafeicultores da Canastra), onde foram coletados dados conforme diretrizes da Comissão de Ética e Pesquisa da ESALQ/USP, CAAE n: 8614932500005395, dos integrantes que atuam em cargos de direção das instituições pesquisadas, apresentado no quadro 5:

**Quadro 5: Perfil dos Entrevistados**

	Entrevistados
E1	Integrante da Cooperativa de Crédito SICOOB SAROM
E2	Integrante da APROCAN
E3	Integrante AP Agrícola
E4	Integrante da ACANASTRA
E5	Guia turístico da Canastra Sempre Viva

Fonte: Elaborado pelos autores

#### **4 RESULTADOS – INTERPRETAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO**

Os achados na literatura e os dados coletados nos relatos dos agentes de instituições atuantes nos processos de reconhecimento das IGs e na visita à IG Canastra, foram analisados, interpretados e categorizados, à luz da teoria, com análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

IGs se estruturam a partir de um arranjo interinstitucional que envolve distintos atores, cada qual com interesses, capacidades e expectativas próprias. No entanto, a cooperação entre esses *stakeholders* nem sempre ocorre de maneira harmônica. Ao contrário, o processo de construção e consolidação de uma IG frequentemente revela tensões latentes entre diferentes grupos, que precisam ser gerenciadas de forma sensível e participativa.

Entre os produtores, por exemplo, sendo os *stakeholders* principais ou prioritários, conforme a TS, se há uma expectativa de valorização econômica do produto e acesso a mercados diferenciados, a falta de clareza e tempo longo intermediado pela atuação da associação e a devida adequação, faz com que nem todos enxerguem a IG como um mecanismo de proteção comercial e agregação de valor, com benefícios diretos à renda e ao reconhecimento social de seu ofício. Além dessa perspectiva, muitas vezes imediatistas, como o acesso direto a grandes mercados consumidores independente do selo da IG propriamente dito, pode se chocar com a abordagem mais técnico-normativa adotada pelas instituições públicas, cujo foco está no cumprimento de requisitos legais, na padronização produtiva e na elaboração de instrumentos como o Caderno de Especificações Técnicas (CET), o plano de controle e o instrumento oficial de delimitação da área, sendo um grande desafio para o engajamento dos integrantes da região. Já o poder público, em especial os órgãos de fomento e extensão rural, tende a ocupar um papel ambivalente: por um lado, atua como facilitador do processo — promovendo oficinas, editais, capacitações e articulação institucional, mas por outro, pode impor uma lógica de planejamento, exigência de infraestrutura e escala (a infraestrutura exigida demanda escala para justificar o preço do capital investido) que nem sempre dialoga com os tempos e os modos de organização dos produtores locais. Isso gera frustração e descontinuidade, especialmente quando há rotatividade de agentes públicos, escassez de recursos ou mudanças de prioridade nos programas de governo, e a partir desta constatação que o processo precisa adequar-se.

Além disso, as instituições técnicas muitas vezes assumem funções decisivas na redação dos documentos técnicos e na condução dos estudos de delimitação, o que pode reforçar assimetrias de poder entre os *stakeholders*. Nessas situações, os produtores são vistos mais como fontes de

informação do que como coautores do processo, o que compromete o engajamento e a apropriação social da IG, ou seja, há a necessidade da participação efetiva dos atores principais, os produtores. A fase de sensibilização acaba sendo feita após a IG ser conseguida, comprometendo sua efetividade, pois pode não ter contemplado o senso comum.

Há alguns intermediários informais que assumem um papel muito decisivo na cadeia, eles são conhecidos por todos, suas ações são toleradas e fazem parte de um acordo tácito entre os vários agentes da região. Essas tensões não são necessariamente impeditivas, mas revelam a complexidade do processo de governança das IGs. Reconhecê-las é o primeiro passo para construir espaços legítimos de negociação, alinhamento de expectativas e pactuação de compromissos mútuos entre os diferentes grupos envolvidos.

#### **4.1 A IG Canastra**

Em uma visita a emblemática IG Canastra, destacamos os relatos do presidente do Conselho da Cooperativa de Crédito SICOOB SAROM, pioneiro na identificação do potencial local e defensor da preservação da cultura de produção do queijo de leite cru e sua regularização sanitária. Apresentou na sede da referida instituição, no dia 03 de fevereiro de 2025, o contexto de formação e reconhecimento da IG Canastra. Também se destaca neste estudo o relato dos demais entrevistados em suas respectivas áreas de atuação, possibilitando a análise e interpretação do contexto da IG pesquisada, assim como proposições a partir da análise dos dados.

##### **E1- SICOOB SAROM**

Em seu relato, em uma palestra sobre o processo de reconhecimento e registro da IG Canastra, na sede da Cooperativa de Crédito SICOOB SAROM, ficou evidente o papel da convergência de vários atores com interesses comuns dentro de um território e a importância de uma liderança para a formação de uma base estrutural que permita que todos possam usufruir das condições específicas da região a que pertencem.

E1, relata que o queijo da região é um produto resultante do contexto histórico do estado de Minas Gerais, das condições edafoclimáticas e culturais, e sofreu interferência de questões como o fim da mineração, a criação do Parque Estadual da Serra da Canastra, da lei que proibiu a produção e comércio de queijo de leite cru, fatores que tornaram a atividade economicamente inviável e a falta de oportunidades ocasionou o êxodo dos moradores e a diminuição da população e da mão-de-obra nas propriedades rurais.

Diante desta problemática, e com intuito de salvar as propriedades e o município, esclarece que como agrônomo recém formado, uniu-se a outros proprietários para ativar a economia local, por meio do plantio de café, ao identificar o potencial da região. Com seus conhecimentos técnicos, e um olhar estratégico sobre os recursos naturais do território, fomentou a produção, comercializando insumos e assistência técnica, o que também permitiu a continuidade da produção de queijo. Destaca-se como ponto positivo neste momento o engajamento dos moradores em torno de um objetivo comum, que promoveu o aumento da atividade econômica, mas com o encerramento da única instituição financeira que atuava no município, outro fator passou a interferir e ameaçar o seu crescimento, a evasão do ativo econômico, ou seja, tudo que era gerado com a produção era levado para a ser poupado e gasto na localidade vizinha. Mas com a união de alguns moradores e com a liderança do Seu João foi criada a cooperativa de crédito, recuperando a poupança interna do município, apoiando também e investindo em educação, o que recuperou a autoestima do morador e sua imagem, afirmando que *“o morador da zona rural deixa de ser Jeca e passa a ser produtor rural”*.

E mais tarde ainda por meio de benefício do governo às Cooperativas, foi possibilitado a seu presidente, uma visita à Europa que permitiu o entendimento da produção de produtos especiais específicos de cada região, como o queijo. Ao retornar à Canastra, percebeu que à semelhança do que ocorria na Europa, a região da Canastra tinha suas peculiaridades e produzir com leite cru era possível, atentando para fatores como água potável, vaca sem doença, rastreabilidade,

mas faltava parâmetros microbiológicos, o que foi conseguido ao buscar apoio de pesquisadores em universidades. A partir de então apresentou à autoridade competente esta demanda e a solução que culminou com a legalização da produção de queijo de leite cru, após comprovação científica da segurança alimentar.

Assim sendo, tendo verificado na Europa algo que poderia ser replicado no Brasil, e por meio de um convênio entre Brasil e a França, a região passou a contar com o apoio de uma ONG francesa que levou ao aprimoramento das técnicas, ressaltando a especificidade local, levando ao reconhecimento do produto com premiações e o posterior registro da IG Canastra e todos os seus benefícios.

Nota-se que este processo que culminou com a notoriedade nacional e internacional deste produto é resultado de uma iniciativa local, da percepção de seus valores e peculiaridades, despertados por uma necessidade comum, impulsionada por uma liderança local, que provocou o engajamento dos pertencentes, culminou com a aderência de diversas instituições apoiadoras, públicas e privadas, fortalecendo e expandindo a região.

O interesse comum foi despertado a partir de um problema, necessidade e a busca por solução que traria benefícios a todas as partes envolvidas, o que foi determinante, e o engajamento de todos foi mobilizado por uma liderança, que identificou o problema e foi pragmático e assertivo, direcionando as ações no sentido da resolução com benefício mútuo, a partir do bom uso dos recursos naturais e locais.

No contexto brasileiro no que se refere às IGs, percebe-se na Canastra a dinâmica ideal, ou seja, a iniciativa sendo de dentro para fora ou “*bottow up*” que é o grande desafio encontrado hoje pelas instituições atuantes no processo, e que foi possível pela liderança e convergência dos atores locais a partir da sensibilização, o que é necessário para que outras IGs sejam reconhecidas e haja expansão e esta dinâmica seja replicada, considerando que cada região tem sua peculiaridade e deve ser entendida na sua integralidade.

Assim, destaca-se nesse relato o papel da liderança local na sensibilização dos pertencentes a partir de uma necessidade, o movimento interno organizado sendo auxiliado, suportado por diversos *stakeholders* externos como poder público, instituições de pesquisa e ONG, o que permite sugerir uma proposição: i) Uma liderança local motivada pela consciência do potencial e atributos naturais e humanos local, é fundamental na fase de estruturação em uma IG.

Importante considerar que o suporte das instituições pode ser pontual como a ONG francesa no caso da IG Canastra, ou outra instituição apoiadora, mas se não houver uma estrutura interna consolidada, a continuidade pode ser comprometida.

Os desafios continuam, como falta de mão de obra, maior rigor na fiscalização, combate a pirataria, aderência à associação de maior número de produtores, incentivo público intermitente, mas que podem ser superados com o engajamento dos *stakeholders*.

## **E 2: APROCAN**

A apresentação do entrevistado da APROCAN, corrobora em muitos pontos com o relato do (E1), que a produção de queijo era para subsistência, tem uma história ligada à mineração da região, a criação do Parque nacional Serra da Canastra e que sofreu com a criação da lei sanitária 1283, em 1950 que criou o RISPOA, que regulamenta produtos agroindustriais, inviabilizando a comercialização que muitas vezes era feita de forma clandestina.

Somado a isso, com a introdução de veículos automotores na região e a facilidade na logística de distribuição comprometeu o diferencial do queijo da região ao não permitir o tempo necessário para maturação, o que tornou o produto uma *commoditie*, sendo sua especificidade resgatada com a vinda dos franceses por meio da ONG, que possibilitou a estruturação para o reconhecimento como uma IG. A ONG trouxe conhecimento técnico, proporcionou treinamento, mobilizou produtores para criar a Associação, a semelhança da cultura associativista presente na Europa, propiciou a participação em feiras, levando a premiação tornando o produto conhecido.

Mas com o final do convênio e a saída dos franceses e todo o suporte técnico, comercial, a estrutura é abalada, tendo continuidade com apoio de outras instituições, como o SEBRAE que auxiliou à Associação e os produtores com um olhar mais gerencial e o apoio financeiro da Cooperativa de crédito SICOOB SAROM, que permitiu a continuidade dos trabalhos e da IG. O que ainda possui muitos desafios como aumentar número de associados que fazem uso do selo distintivo, feito de caseína (proteína do leite) fabricado na França, proteção contra falsificações e uso indevido do nome Canastra. Diante do exposto coloca-se a seguinte proposição: i) A importância de desenvolver o engajamento dos diversos *stakeholders* em diferentes momentos proporcionando o suporte necessário ao cerne desta estrutura que são os produtores e seus respectivos substitutos processuais (SP); ii) Engajamento inicia-se internamente e deve ser suportado pelo apoio dos *stakeholders* externos à instituição, como poder público, ONG, universidades, SEBRAE que proporcionaram aprimoramento das técnicas de produção; iii) Fortalecer a autonomia para evitar a dependência das instituições, como observado na IG Canastra, onde a estrutura de engajamento existente entre seus *stakeholders* principais, o cerne da IG, os produtores, permitiu a continuidade e avanço.

### **E3: AP Agrícola**

Em visita a uma propriedade de café, o entrevistado (E3) destacou que o objetivo de seu trabalho é o aumento da produtividade com sustentabilidade, sem aumento da área plantada sem impactar negativamente o meio ambiente, seu ecossistema e a nascente do Rio São Francisco. Destaca que a produção é favorecida pelas condições de clima e topografia, mas que não tem como foco principal a produção de cafés especiais, sendo que está dentro de um território reconhecido como uma IG.

O objetivo de produzir de maneira sustentável é apoiado por empresas fornecedoras de insumos e visa a sustentabilidade em todas as dimensões ambientais, na busca por técnicas que economizam recursos naturais e possibilita a produção até em condições adversas do clima, como a estiagem prolongada. Há ainda uma preocupação e um apoio a educação do município e com uma gestão dos recursos humanos baseados na meritocracia.

Assim propõe-se que: i) Os princípios de uma IG devam ser propagados a todos os seus pertencentes, que mesmo que não sejam associados, tendem a respeitarem o território e são incentivados a boas práticas em uma relação positiva com os *stakeholders*.

### **E4: ACANASTRA**

Embora a Canastra seja conhecida pela produção de queijos, a produção de café, já mencionada no relato do E1, que sendo agrônomo identificou as boas condições de solo e clima e altitude da região propícias para produção de café e por meio da cooperativa de crédito incentivou produtores ao plantio aumentou a poupança do município e incentivou a formação de especialistas na degustação e avaliação da bebida, levando a identificar o café de excelente qualidade.

Segundo E4, a constatação de um café de qualidade única, diferenciado pelas características do território e pelo modo de produção, foi comprovado com base em parâmetros internacionais de certificação e com apoio da Cooperativa de crédito, do Sebrae e o reconhecimento como IG do Café foi realizado, na categoria Denominação de Origem (DO). O que se propõe-se: i) trabalho de sensibilização e engajamento; ii) continuidade e reforço para integração das partes interessadas, produtores, instituições de apoio e incentivo técnico, que por ter um registro recente e enfrentar vários desafios como aumentar a adesão de produtores, incentivos que possibilitem a adequação destes, trabalho de divulgação e comercialização, o que requer participação do poder público no fomento e expansão da IG.

### **E5: Guia turístico**

A vertente turística é um ponto importante na Canastra, beneficiada pela nascente do Rio São Francisco e pelas belezas naturais como o Parque da Serra Canastra, constatado por uma visita

guiada, que somado a notoriedade da IG Canastra pela produção do queijo, confere à região um grande potencial turístico quer seja pelo queijo ou pelo parque ou por ambos os motivos.

Segundo E5, o grande atrativo turístico na região é o Parque Nacional Serra da Canastra com sua exuberância, suas cachoeiras, trilhas e biodiversidade, mas não se pode ignorar que a fama do queijo Canastra ajuda a reforçar a imagem e potencializar o turismo, ou despertar para as características únicas da região.

Todo o trabalho de resgatar o município até o reconhecimento da IG do queijo Canastra e mais recente da IG do Café, propõe-se que; i) A importância de trabalhar o engajamento dos *stakeholders* para desenvolver economicamente a região, pois proporciona além de fama e notoriedade, estrutura para que o turismo fosse desenvolvido; ii) destaca-se a falta de incentivos públicos para desenvolver uma estrutura de turismo sustentável, o que até o momento é mantido pela iniciativa privada, dos

empreendedores locais e pelo apoio da cooperativa de crédito. Nota-se que há engajamento dos envolvidos, mas o apoio público intermitente, grande potencializador para expansão de modo sustentável do turismo local, ainda não ocorre.

#### **4.2 O papel das Instituições nas IGs**

Já que as instituições são fundamentais e na maioria dos casos iniciadoras do processo, necessitam intensificar o trabalho no sentido de criar lideranças e engajamento que possibilite uma governança eficaz, invertendo o processo até então estabelecido, ou seja de “dentro para fora” ou de “baixo para cima”, “*bottow up*” e não o contrário como ocorre.

Este fato é uma unanimidade na fala dos integrantes das instituições, que fazem um trabalho árduo de conscientização e auxílio nos processos burocráticos junto a região que tem potencial para ser uma IG, que destacam também a falta da cultura associativista, falta de recursos que dificulta a gestão por parte dos substitutos processuais que deveriam zelar pelo território reconhecido (MITIDIÉRI, 2024-a, MITIDIÉRI, 2024-b; MARTINS, 2025; MIRANDA, 2025) Os integrantes das instituições atuantes, acrescentam que ao atuarem nos processos de reconhecimento das IGs percebem que ao efetuarem o registro e finalizarem o trabalho junto a IG, há uma insegurança por parte dos pertencentes à IG e por este motivo o risco de não haver continuidade é real, sendo um desafio já que os produtores que formam o SP têm suas obrigações e responsabilidades particulares.

Neste contexto, conscientes que fazem parte de um todo dependendo uns dos outros para o benefício geral, como é enfatizado por Freeman (1984) na TS “todos os grupos sem os quais a empresa deixaria de existir” ou a “IG” deixaria de existir, fazendo uma analogia com a teoria. Há que se destacar que a sensibilização pode decorrer a partir de uma necessidade comum latente identificada. Assim para a estruturação de uma IG, os produtores são os atores principais e quanto mais adesão mais forte se torna, ou seja, o cerne da IG, já o apoio das instituições públicas e privadas impulsionam e tem o papel de incentivar, facilitar o processo, corroborando com a formação dos substitutos processuais que representam a coletividade. Mas ficou evidente no contexto das IGs em países em desenvolvimento, especificamente neste caso, o Brasil, que a iniciativa é proveniente do poder público, ou seja, uma intervenção externa na tentativa de promover o desenvolvimento regional a partir da especificidade local (MITIDIÉRI, 2024-a; MARTINS, 2025; MIRANDA, 2025).

Um exemplo de ambiente multidisciplinar e interinstitucional de apoio e discussão sobre as demandas e os desafios das IGs são os Fóruns Estaduais de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas, instituído atualmente em 10 estados da Federação, caso do Fórum Paulista de IG e MC. Este colegiado, formado por membros efetivos, produtores de IG e convidados *Ad Hoc*, se reúne periodicamente para discussão de assuntos voltados à governança e articulação dos *stakeholders* (MITIDIÉRI, 2024-a).

No entanto com as iniciativas promovidas pelos envolvidos, o número de registro de IGs tem aumentado e os desafios estão se tornando perceptíveis o que revela oportunidades de

aprimoramento, o que demanda adequação ao contexto local para que esta ferramenta seja uma forma estratégica de desenvolvimento rural e assim proporcione os resultados esperados. Segundo Mitidieri (2025), a recente iniciativa do MAPA de delegar às secretarias estaduais a busca por potenciais IGs é um avanço e pode potencializar o desenvolvimento destas, já que estas instituições e seus colaboradores estão inseridos na cultura local e conhecem suas respectivas realidades e demandas, o que pode facilitar o processo (MITIDIERI, 2024-b, 2025; MARTINS, 2025; MIRANDA, 2025).

### 4.3 Categorização

Diante das informações coletadas na revisão de literatura e nos eventos relativos a IG, e da visita à IG Canastra foi possível identificar três categorias de informações: Sensibilização e Engajamento; Desafios do processo burocrático; Pós reconhecimento, conforme quadro 6:

**Quadro 6: Categorização a partir dos Entrevistados: IG CANASTRA/ MAPA/ CATI/ IFSP**

<b>Sensibilização e Engajamento</b>
Identificação necessidade comum
Falta conhecimento sobre o que é uma IG
Dificuldade de atrair produtores nas reuniões de sensibilização/falta de quórum
Não há cultura associativista
Falta consciência do potencial local
Falta recursos técnicos/financeiros
Não há percepção de valor por partes integrantes do território com o registro da IG
Dificuldade de adesão por falta de recursos para se adequar às exigências do CET.
O CET elaborado com a participação parcial dos produtores
CET sem aderência às reais práticas de produção/fabricação que tornaram o produto famoso
Falta de estrutura do SP e a respectiva liderança e governança.
Nos casos em que o território tem mais de uma associação formalizada, necessidade de se obter consenso sobre qual delas será representante da coletividade, a SP
<b>Desafios do Processo Burocrático</b>
Definição Conselho Regulador
Dificuldades na elaboração Caderno Especificações Técnicas CET
Na adequação às exigências do INPI
Peculiaridade e características específicas de cada território
Na delimitação do território, na definição das suas características, na nomenclatura, nos limites geográficos
Cuidado para que os processos de delimitação geográfica e o CET não sejam excludentes e nem altere o “saber fazer”, descaracterizando o local.
<b>Pós Reconhecimento/ Desafios</b>
Saída das instituições apoiadoras – fase negligenciada
Dependência das instituições
Falta de recursos
Estrutura deficiente dependente do apoio externo das instituições
Falta de liderança, governança
Falta engajamento
Falta trabalho de Marketing, comunicação, divulgação, construção da imagem
Falta de conhecimento do que é IG e do signo distintivo (selo) pelos consumidores
Falta de apoio intermitente do poder público por meio de uma política para IGs.

Fonte: Elaborado pelos autores

### 4.4 Discussão Resultados

Na interpretação dos dados coletados após categorização, segundo Bardin (2011), ressalta-se que o registro de uma IG é uma ferramenta implantada de forma recente no país, que pode ser uma estratégia para alavancar o desenvolvimento rural dada as potencialidades e diversidade produtiva do território brasileiro, mas que necessita de adaptação à cultura e ao contexto local. Partindo do princípio que a ferramenta é desconhecida internamente pelos elos do território e externamente pelos consumidores, é necessário primeiramente um trabalho de conscientização dos pertencentes sobre o potencial de explorar de modo enfático as especificidades locais como um bem comum, para que então a sensibilização ocorra e haja o engajamento de parte

considerável dos produtores ou a totalidade, o que requer das instituições apoiadoras uma nova abordagem antes do processo burocrático, identificando uma necessidade.

A identificação da necessidade, da dor local, comum a seus pertencentes é um ponto inicial para o trabalho de sensibilização das instituições atuantes, conforme percebido na IG Canastra, onde todo o processo de engajamento iniciou-se a partir da busca por solução de uma dor comum, aliás uma das razões pela qual os seres vivos se associam, princípio do associativismo.

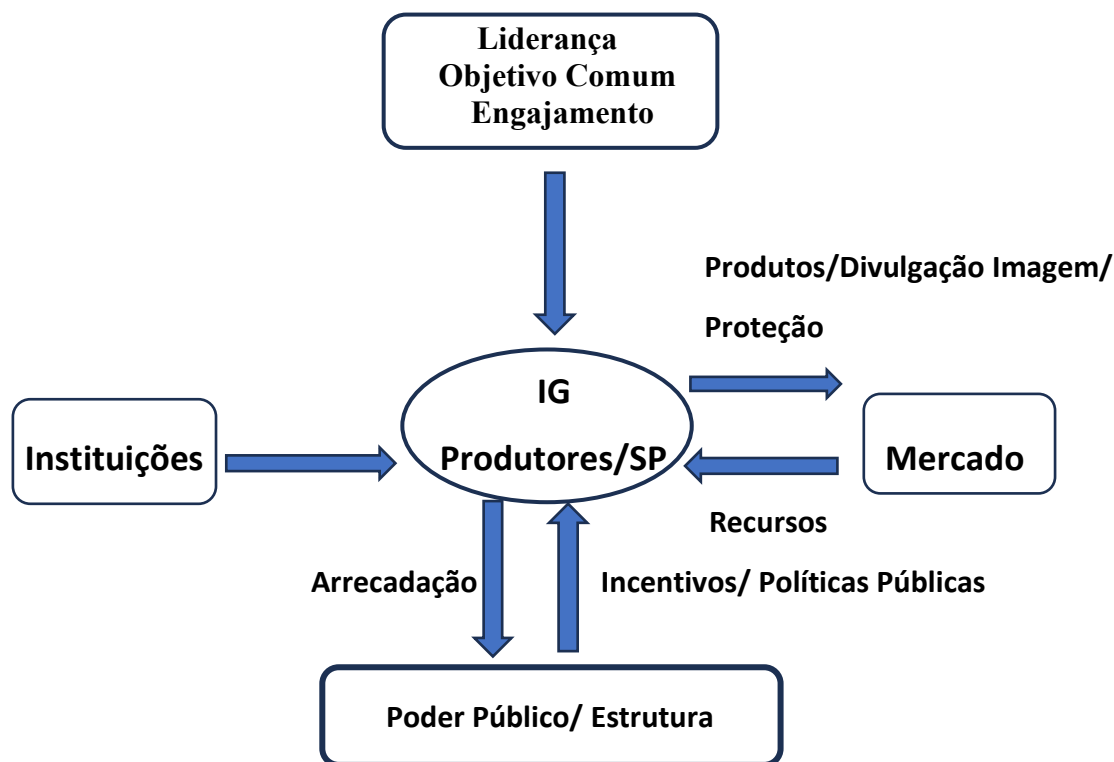
Assim no que se refere ao trabalho das instituições para identificar potenciais IGs, investigar a dor local é um fator que pode ser determinante para a integração e o uso do potencial do território pelas suas características físicas, naturais e culturais, para prover soluções, o que pode criar a base da IG com seus *stakeholders* internos e suportados pelo apoio dos *stakeholders* externos, a partir do entendimento das dores individuais para respectivo suporte na adequação e criação de uma base sólida e permanente, o que pode ser feito por meio de políticas públicas. Esta base sólida pode ser a Associação de produtores, que via de regra será a representante da coletividade, ou seja, será o substituto processual (SP) da coletividade junto ao INPI, que após o registro e o término da atuação direta das instituições permanece operante e fornecendo o suporte necessário aos produtores, atento às suas necessidades e guardião do selo da IG, sendo que este é um ponto crítico para continuidade das IGs.

Isto poderá ser possibilitado por uma política pública que direcione recursos para manter esta estrutura podendo ter um período determinado, até que o território desenvolva e consiga manter a estrutura. Este suporte pode ser técnico, financeiro, comercial e também de trabalho de construção da imagem, um protocolo, proveniente da identificação da vocação local e sua divulgação no mercado, potencializando os retornos financeiros e desenvolvendo outras áreas como o turismo.

Assim percebe-se que o trabalho das instituições a partir da iniciativa do poder público tem propagado esta estratégia e tem revelado os desafios, gargalos e a necessidade de adequação e suporte por meio de um trabalho de sensibilização que promova o engajamento dos *stakeholders*.

E é neste ponto que converge totalmente com a revisão de literatura, classificando os *stakeholders* que são o cerne da IG para atendê-los em suas necessidades para que se integrem à IG. Neste sentido quanto a teoria, percebe-se a necessidade de maiores estudos que auxiliem na proposição de soluções para estes desafios. Desta forma, diante do que foi exposto e analisado nos relatos e entrevistas tem-se a seguinte constatação de uma estrutura ideal, conforme figura 1:

Figura1: Estrutura Funcional de uma IG



Nesta figura é apresentada a dinâmica de uma IG, e à luz da teoria podemos identificar um núcleo principal, a própria IG e os demais que suportam, apoiam e incentivam esta estrutura.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O reconhecimento de uma IG, recente no país e sua implementação está sendo incentivada pelo poder público, por meio da atuação de instituições de fomento, ensino, pesquisa e extensão, sistema “S”, com suas respectivas competências. É uma ferramenta implementada com êxito no continente europeu com intuito de proteger produtos, cultura local e seus respectivos produtores de falsificações, e de valorizar as peculiaridades, especificidades regionais, resultando em ganhos econômicos, sociais e ambientais aos seus pertencentes.

Porém, apesar de ser estratégica, podendo promover o desenvolvimento territorial rural e perfeitamente aplicável ao contexto brasileiro, possui grandes desafios, detectados pelos integrantes das instituições que atuam nos processos de registro e reconhecimento junto ao INPI, corroborados pela literatura no que se refere a dinâmica dos *stakeholders*, e na observação do contexto da IG Canastra.

Com raras exceções, como o caso da IG Canastra, a iniciativa é proveniente do poder público, ou seja, de fora do território, assim há um trabalho árduo para despertar, mobilizar as partes interessadas para utilização desta ferramenta, e feito isso as partes envolvidas tornam-se dependentes destas instituições que operam na fase burocrática, de preparação para o registro, ou seja falta autonomia para prosseguirem após reconhecimento, registro.

Os fatores são diversos, mas há uma questão fundamental neste processo que pode possibilitar a criação de uma estrutura funcional que permita a continuidade e expansão destes territórios reconhecidos por suas peculiaridades, que é o engajamento dos *stakeholders* de forma representativa, ou na sua totalidade, tendo causalidades diversas para sua ocorrência ou não dentro de um território, ou seja, necessidade de consciência de suas potencialidades.

Neste sentido, uma IG pode ser analisada à luz da Teoria dos *Stakeholders* (TS), com um organismo único composto por várias partes, produtores, prestadores de serviços, as

associações ou SP, com interesses específicos, sendo o núcleo principal a IG, que busca o atendimento às suas necessidades em interação com demais *stakeholders*, instituições, poder público, mercado, todos com seus interesses próprios, mas com objetivo comum.

Esta dinâmica foi identificada na IG Canastra, sendo um exemplo de uma iniciativa que surgiu de dentro do território a partir de uma necessidade, uma dor comum a seus pertencentes, característica básica do associativismo, e por meio de uma liderança gerou o engajamento na busca de soluções, e neste momento encontrado o suporte dos *stakeholders* externos que consolidaram a estrutura até o registro como IG.

Destaca-se que a atuação dos *stakeholders* externos são pontuais e o que garante a estrutura é o cerne da IG, produtores. No exemplo da IG Canastra, nota-se que há um incessante trabalho para mantê-la e conseguir uma adesão maior de produtores associados, fato que demonstra o que traz a literatura sobre os desafios enfrentados nas IGs em países em desenvolvimento, tendo dois polos fundamentais a estrutura interna do território e o apoio intermitente do poder público. Assim, o desafio e o enfrentamento a todos as dificuldades observadas nos processos de registro, podem ser resolvidos em uma ponta com a sensibilização e na outra com políticas públicas voltadas às IGs, sendo este trabalho dos *stakeholders* externos. Desta forma a análise de uma IG sob a perspectiva da TS pode ser determinante e alavancar o desenvolvimento rural, sendo uma ferramenta estratégica se bem empregada, o que responde à pergunta deste trabalho, ressaltando a relação estreita entre a IG e a Teoria a respeito, sendo o engajamento fundamental para a criação, continuidade e expansão de uma IG, atendendo aos objetivos deste estudo.

Como limitação desta pesquisa, destaca-se a literatura que relaciona as IGs com a Teoria dos *Stakeholders* ser restrita aos autores, a Dra. Jane Malagutti e Dr. Ilan Avrichir, que embora expliquem o assunto em profundidade, revela a necessidade de um olhar acadêmico para esta questão, sendo esta sugestão para estudos futuros, de aprofundar nas dificuldades encontradas em cada território que dificulta o engajamento dos *Stakeholders*, o reconhecimento e a continuidade de uma IG.

A contribuição deste estudo é no sentido de enfatizar a importância desta ferramenta para o desenvolvimento rural, de despertar para as dificuldades que estão sendo observadas pelo atores no processo e na literatura, para aprimorar a teoria e auxiliar na busca de soluções para sua aplicabilidade e para ser difundida em todo o território nacional proporcionando desenvolvimento econômico, social e preservação ambiental e todas as suas benesses.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**ARTÊNCIO, M. M.; GIRALDI, J. D. M. E.; GALINA, S. V. R.** Uma análise crítica do papel e importância socioeconômica das Indicações Geográficas em países em desenvolvimento. Revista Eletrônica de Negócios Internacionais (Internext), 14(3), 218-234, 2019.

**DURÁN, A. C.; RADOMSKY, G.** Indicaciones geográficas en Centroamérica: un crecimiento poco diversificado. Rivar, 7(20), 1-21.

**BARDIN, L.** Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

**CLARKSON, M. E.** A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. Academy of Management Review, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

**CÓRDOVA, A.** In. Connection Terroirs 2025 favorece o crescimento das Indicações Geográficas do Brasil. Disponível em: <[Connection Terroirs 2025 favorece o crescimento das Indicações Geográficas do Brasil | ASN Nacional - Agência Sebrae de Notícias](#)> Acesso jul. 25.

**DONALDSON, T.; PRESTON, L. E.** The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. Academy of Management Review, Ohio, v. 20, p. 65-91, 1995.

**DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S.** O planejamento da pesquisa qualitativa: teoria e abordagem. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006

**FOURNIER, S.; BIÉNABE, S.; MARIE-VIVIEN, D.; DURAND, C.; SAUTIER, D.; CERDAN, C.** As Indicações Geográficas Sob a Perspectiva da Teoria dos Comuns. Revista Raíces, Campina Grande, v. 42, n. 1, jan./jul. 2022.

**INPI.** Caderno de Especificações Técnicas: Disponível:< [www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/cadernos-de-especificacoes-tecnicas/Canastraqueijo1.pdf](http://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/cadernos-de-especificacoes-tecnicas/Canastraqueijo1.pdf)>. Acesso: jul;2025

**JENSEN, M.C.** Value maximization, stakeholder theory, and the corporate objective function. *Business ethics quarterly*, p. 235-256, 2002.

**MARAJAN,R; LIM, W.M; SAREEN,M.; KUMAR, S; PANWAR,R.** Teoria das partes interessadas. *Jornal de Pesquisa Empresarial*. Volume 166, novembro de 2023, 114104

**MALAGUTI, Jane Mary Albinati.** Engajamento de stakeholders: indicações geográficas dormentes à luz da teoria. 2023. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia) - Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), São Paulo, 2023.

**MALAGUTI, J. M. A.; AVRICHIR, I.** Análise sob a ótica da teoria engajamento dos stakeholders dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(3), e277978.

**MALAGUTTI, J. M. A.; AVRICHIR, I.** Análise sob a ótica da teoria engajamento dos stakeholders dos fatores que a literatura aponta como limitando o desenvolvimento de IGs. *Revista de Administração Contemporânea*.

**MARTINS, P. F.** Processo Registro de IGs. In: REUNIÃO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA ESALQ/USP, 16 abr. 2025, Piracicaba.

**MIRANDA, A. M.** Processo Registro de IGs. In: WORKSHOP – INDICAÇÃO GEOGRÁFICA – PESQUISA E GESTÃO PÚBLICA – ESALQ/SAA/CATI, promovido(a) pela COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI), 26 mar. 2025, Campinas.

**MITIDIERI, F. J.** Fórum Estadual de Indicação Geográfica e Marcas Coletivas: entregar valor aos produtores e consumidores de produtos com origem reconhecida. *Boletim MarkEsalq* Ano 12 N°94 / junho 2024.

**MITIDIERI, F. J.** In: 3º ASSEMBLÉIA DO FÓRUM DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E MARCAS COLETIVAS DO ESTADO DE SÃO PAULO NO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA (ESALQ/USP), 3-4 dez. 2024, Piracicaba.

**MITIDIERI, F. J.** In: WORKSHOP - EMISSÃO DE INSTRUMENTO OFICIAL DE DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA, promovido(a) pela COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA INTEGRAL (CATI), 30 mai. 2025. On-line - Plataforma Microsoft Teams.

**MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J.** Toward a Theory of Stakeholder Identification and Salience: Defining the Principle of Who and What Really Counts. *The Academy of Management Review*, New York, v. 22, n.4, p. 853-886, 1997.

**NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C.; WILKINSON, J.** Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(1), 85-102.

**NEILSON, J.; WRIGHT, J.; AKLIMAWATI, L.** Geographical indications and value capture in the Indonesia coffee sector. *Journal of Rural Studies*, 59, 35-48.

**PICK, B.; MARIE-VIVIEN, D.** Representativeness in geographical indications: a comparison between the state-driven and producer-driven systems in Vietnam and France. *Sustainability*, 13(9), 5056.

**BRASIL.** PORTARIA/INPI/PR N° 04, de 12 de janeiro de 2022.

**SELLTIZ, C.** Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder, 1967.

**SIMPLÍCIO, C. G.; BOAVENTURA, J. M. G.** Engajamento dos stakeholders na governança hídrica brasileira. *Revista de Gestão de Água da América Latina*, 21, e4. <https://doi.org/10.21168/rega.v21e4>.

**VIEIRA, M.M.F.; ZOUAIN, D.M.** Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

**YIN, R.K.** Pesquisa qualitativa do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.

**YIN, Xiaoyu et al.** Impacts of geographical indications on agricultural growth and farmers' income in rural China. *Agriculture*, v. 14, n. 1, p. 113, 2024.

**WINDSOR, D.** Can Stakeholder Interests be balanced? In: IABS 1999. 10, 1999, Paris. Proceedings... Paris: [s.n], 1999. p. 476-481.